



POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO NO BRASIL

¹Denivar Felipe Lima Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros
direitofelipelima@gmail

²Enzo Leandro Batista dos Santos
Universidade Estadual de Montes Claros
enzoleandrosantos@gmail

³Larissa Lima Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros
larissa.oliveira@edu.unimontes.br

⁴Vitor Gabriel Mendes Ferreira
Universidade Estadual de Montes Claros
vitorgabrielferreira92@gmail.com

Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais.

Gestão escolar. Educação básica. Qualidade do ensino. Financiamento da educação.

Resumo

O presente artigo analisa as políticas públicas de educação no Brasil e sua relação com a gestão escolar no contexto do ensino básico. A pesquisa busca compreender como as diretrizes estabelecidas pelo Estado influenciam a organização e o funcionamento das instituições educacionais, com especial atenção para os mecanismos de financiamento, avaliação e descentralização administrativa. A partir de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, o estudo examina a legislação vigente, os planos nacionais de educação e as produções acadêmicas recentes sobre a temática. Os resultados apontam que, embora o Brasil tenha avançado na formulação de políticas educacionais inclusivas, persistem lacunas significativas entre o que é preconizado nas normas legais e a realidade vivenciada nas escolas, especialmente nas regiões mais vulneráveis do país. Conclui-se que a efetivação das políticas públicas educacionais demanda não apenas recursos financeiros, mas também formação continuada de gestores e professores, além de maior participação da comunidade escolar nas decisões institucionais.

Introdução

A educação constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano e social de qualquer nação. No Brasil, o direito à educação de qualidade está consagrado na Constituição Federal de 1988 e reafirmado em legislações específicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, a materialização desse direito depende, em grande medida, das políticas públicas formuladas e implementadas pelos diferentes entes federativos, bem como da capacidade gestora das instituições de ensino.

Nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado profundas transformações em seu sistema educacional, marcadas por movimentos de descentralização, expansão do acesso à escola e criação de mecanismos de avaliação em larga escala. Essas mudanças refletem tanto as pressões de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações



Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quanto as demandas internas por maior equidade e qualidade no ensino.

Apesar dos avanços registrados, o cenário educacional brasileiro ainda apresenta desigualdades regionais e socioeconômicas acentuadas, que comprometem a efetividade das políticas públicas. A gestão da educação, nesse contexto, assume papel estratégico, pois é no âmbito escolar que as políticas se concretizam ou se fragmentam, dependendo das condições objetivas e subjetivas encontradas pelos gestores e educadores.

Justificativa e Problema da Pesquisa

Pensar a educação básica no Brasil é, antes de tudo, reconhecer que por trás de cada índice, cada meta e cada política pública existe uma escola real, com professores sobrecarregados, gestores que acumulam funções, famílias em situação de vulnerabilidade e crianças que chegam à sala de aula carregando muito mais do que o peso de uma mochila. É nesse espaço vivo e contraditório que as políticas educacionais precisam, de fato, se materializar. E é precisamente aí que residem as maiores tensões e os desafios mais urgentes da educação brasileira.

A relevância deste estudo nasce, portanto, da necessidade concreta de compreender como se dão as articulações entre as políticas públicas educacionais formuladas nas instâncias governamentais e as práticas de gestão que se desenvolvem no cotidiano das escolas de educação básica. O tema se insere no eixo temático Políticas Públicas e Gestão da Educação e dialoga diretamente com uma das questões mais persistentes da realidade educacional do país: por que, mesmo após décadas de investimentos, reformas curriculares e programas governamentais, os resultados ainda estão aquém do que a sociedade brasileira merece e precisa?

Os dados não deixam dúvidas sobre a gravidade do cenário. A recorrência de resultados insatisfatórios nos indicadores educacionais nacionais, como os verificados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), revela que a simples existência de políticas não é suficiente para garantir sua efetividade. Formular uma política é apenas o primeiro passo de um caminho longo e repleto de obstáculos. Entre o texto legal e a prática pedagógica existe uma distância que precisa ser compreendida, investigada e, sobretudo, reduzida. Essa distância não é neutra: ela afeta com maior intensidade justamente as populações que mais dependem da escola pública como instrumento de transformação social.

Diante desse cenário complexo e desafiador, emerge o seguinte problema de pesquisa: em que medida as políticas públicas educacionais vigentes no Brasil contribuem para a melhoria da qualidade do ensino básico, considerando os desafios impostos à gestão escolar? Esse questionamento não nasce do interesse acadêmico isolado, mas de uma preocupação genuína com o papel social da escola e com o direito de cada criança e adolescente a uma educação de qualidade, independentemente do lugar onde nasceu ou das condições em que vive.

A pergunta se justifica pela importância de investigar, com rigor e sensibilidade, os fatores que condicionam ou impedem a tradução das diretrizes políticas em práticas educativas verdadeiramente transformadoras. Esse olhar se torna ainda mais urgente quando se considera a situação das regiões com maiores índices de vulnerabilidade social, onde as escolas acumulam demandas que vão muito além do ensino e onde os gestores muitas vezes precisam lidar, com poucos recursos, com problemas que deveriam ser enfrentados por toda a rede de proteção social. É nesses territórios que a qualidade da gestão escolar e a efetividade



das políticas públicas fazem a diferença mais concreta na vida das pessoas, e é para essas realidades que esta pesquisa pretende lançar um olhar cuidadoso e comprometido.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar, de forma aprofundada, a relação entre as políticas públicas educacionais e a gestão da educação básica no Brasil, investigando de que maneira essas políticas se traduzem ou deixam de se traduzir em práticas concretas no interior das instituições escolares. Busca-se, ainda, identificar os principais avanços conquistados ao longo das últimas décadas, bem como os entraves estruturais, institucionais e pedagógicos que ainda comprometem a plena implementação dessas políticas no cotidiano da gestão escolar.

Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral proposto, a pesquisa se desdobra em quatro objetivos específicos, cada um voltado a uma dimensão particular do fenômeno investigado:

(a) O primeiro objetivo consiste em mapear o arcabouço legal e normativo que orienta as políticas educacionais brasileiras, compreendendo desde os dispositivos constitucionais até a legislação infraconstitucional, as diretrizes curriculares nacionais, os planos de educação e as resoluções emanadas dos órgãos reguladores. Trata-se de compreender a estrutura jurídica e institucional sobre a qual se assentam as ações do Estado no campo da educação básica, reconhecendo que a normatividade é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade e campo de disputas para a efetivação do direito à educação.

(b) O segundo objetivo é examinar os principais programas e ações governamentais voltados para a melhoria da qualidade da educação básica, considerando iniciativas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Essa análise contempla tanto os programas de financiamento e de avaliação em larga escala quanto as políticas de formação docente, de infraestrutura escolar e de inclusão educacional, buscando compreender sua lógica de formulação, seus mecanismos de execução e os resultados alcançados frente às metas estabelecidas.

(c) O terceiro objetivo volta-se para a discussão dos desafios enfrentados pelos gestores escolares na implementação das políticas públicas, reconhecendo que o diretor escolar e sua equipe ocupam uma posição estratégica na cadeia de efetivação dessas políticas. Nesse sentido, pretende-se examinar as tensões existentes entre as demandas institucionais externas e as condições reais de trabalho nas escolas, incluindo aspectos como a escassez de recursos, a sobrecarga administrativa, a formação insuficiente para a função gestora e as dificuldades de articulação com as famílias e com a comunidade escolar.

(d) Por fim, o quarto objetivo busca identificar perspectivas e alternativas para o fortalecimento da gestão democrática nas escolas, tomando como referência os princípios constitucionais da participação e da autonomia, bem como experiências inovadoras que apontem para modelos de gestão mais horizontais, participativos e comprometidos com a equidade educacional. Pretende-se, assim, contribuir para o debate sobre os caminhos possíveis para a consolidação de uma cultura democrática no ambiente escolar, capaz de envolver ativamente todos os sujeitos do processo educativo.



Referencial Teórico

A compreensão das políticas públicas educacionais exige uma perspectiva multidimensional, que articule as dimensões política, econômica e pedagógica. Segundo Saviani (2008), a educação brasileira tem sido historicamente marcada por descontinuidades políticas e pela sobreposição de reformas que nem sempre dialogam com as realidades locais das escolas. Essa fragmentação dificulta a construção de uma identidade educacional consistente e compromete os resultados esperados.

No campo da gestão educacional, Luck (2009) argumenta que a gestão democrática é condição indispensável para a qualidade do ensino, pois envolve a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar — professores, alunos, pais e funcionários — na tomada de decisões. Essa concepção está alinhada com os princípios da LDB, que estabelece a gestão democrática como um dos fundamentos da organização da educação nacional.

Frigotto e Ciavatta (2003) analisam as políticas educacionais sob a ótica das disputas de hegemonia no campo social, destacando que as reformas educacionais nem sempre respondem aos interesses das camadas populares. Para os autores, é fundamental que os educadores e gestores compreendam o contexto mais amplo em que as políticas são formuladas, a fim de desenvolver práticas críticas e emancipatórias.

No que se refere ao financiamento da educação, Pinto (2014) aponta que, embora o Brasil tenha avançado com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), os recursos ainda são insuficientes para garantir um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas do país. A desigualdade no acesso a recursos entre os municípios e estados brasileiros perpetua ciclos de exclusão e baixo desempenho escolar.

A avaliação em larga escala, por sua vez, tem sido objeto de intenso debate acadêmico. Para Freitas (2012), os sistemas de avaliação externos, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o IDEB, quando desvinculados de políticas de suporte às escolas, podem gerar efeitos perversos, como o estreitamento curricular e a responsabilização indevida dos professores pelos resultados. Uma política avaliativa consistente deve articular diagnóstico, intervenção pedagógica e valorização profissional.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica permite ao investigador apropriar-se do estado do conhecimento sobre determinado tema, enquanto a pesquisa documental possibilita a análise de fontes primárias, como legislações, decretos e documentos oficiais.

O corpus da pesquisa foi constituído por: (a) legislações federais pertinentes à educação básica, com destaque para a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e o PNE (Lei nº 13.005/2014); (b) documentos institucionais produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e (c) produção acadêmica publicada em periódicos nacionais qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2010 a 2024.

O procedimento analítico adotado foi a análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), que permite identificar categorias temáticas recorrentes nos textos analisados.



As categorias emergentes foram organizadas em torno de três eixos: financiamento e recursos, gestão e participação democrática, e avaliação e qualidade do ensino.

Análise dos Dados e Resultados Finais da Pesquisa

A análise dos documentos legais e da produção acadêmica permitiu identificar avanços significativos nas políticas públicas educacionais brasileiras, sobretudo no que diz respeito à ampliação do acesso à educação básica. A taxa de escolarização líquida no ensino fundamental atingiu patamares próximos à universalização, resultado de programas como o Bolsa Família, que condicionou o benefício à frequência escolar das crianças, e das políticas de transporte escolar e merenda para zonas rurais.

No entanto, os dados do IDEB revelam que a melhoria no acesso não foi acompanhada por avanços proporcionais na qualidade da aprendizagem. As metas estabelecidas para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio não foram plenamente alcançadas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as condições socioeconômicas são mais adversas. Isso evidencia que políticas de acesso e políticas de qualidade precisam ser desenvolvidas de forma articulada.

Quanto à gestão escolar, a análise dos documentos indica uma tensão permanente entre a autonomia preconizada pela legislação e as pressões centralizadoras dos sistemas de avaliação e das exigências burocráticas. Os diretores escolares, frequentemente, relatam dificuldades para implementar projetos pedagógicos inovadores em razão de restrições orçamentárias e de uma cultura administrativa que valoriza o cumprimento de metas quantitativas em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes.

A participação da comunidade escolar nos processos de gestão também se mostrou desigual. Em escolas localizadas em contextos de maior vulnerabilidade social, os Conselhos Escolares e as associações de pais e mestres tendem a ter menor poder deliberativo, o que compromete o exercício da gestão democrática. Pesquisas como a de Paro (2016) confirmam que a democratização da gestão escolar não se realiza espontaneamente, mas requer formação específica, incentivos institucionais e mudanças na cultura organizacional das escolas.

No campo do financiamento, a análise evidencia que o Fundeb, reformulado em caráter permanente pela Emenda Constitucional nº 108/2020, representa um avanço importante ao ampliar os recursos destinados à educação básica e introduzir mecanismos de redistribuição que favorecem os municípios mais pobres. Contudo, a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), instrumento que define o investimento mínimo por aluno necessário para garantir uma educação de qualidade, ainda enfrenta resistências políticas e fiscais que limitam sua efetivação plena.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, foi possível percorrer um caminho que vai da formulação das políticas públicas educacionais até o chão da escola, lugar onde essas políticas encontram sua prova mais verdadeira. Esse percurso revelou avanços inegáveis, mas também contradições profundas que não podem ser ignoradas por quem se compromete, de fato, com uma educação pública de qualidade para todos.

É justo reconhecer que as últimas décadas foram marcadas por conquistas importantes. O Brasil avançou de forma substancial na universalização do acesso à educação básica, incorporando à escola milhões de crianças e jovens que, em outros tempos, estariam à margem do sistema educacional. A criação de mecanismos de financiamento mais equitativos,



como o Fundeb, representou um passo significativo na tentativa de reduzir as desigualdades históricas entre estados e municípios no que se refere à capacidade de investimento em educação. Esses avanços não são pequenos e não devem ser minimizados, especialmente quando se considera o tamanho do país e a complexidade de seus desafios.

No entanto, garantir o acesso é apenas parte do compromisso. A qualidade do ensino permanece como um desafio que não se resolve com medidas pontuais ou com a simples ampliação de programas existentes. Ela exige respostas mais estruturais e sistêmicas, que considerem as condições reais em que professores ensinam e alunos aprendem. Uma escola com infraestrutura precária, professores mal remunerados e gestores sem formação adequada dificilmente conseguirá transformar qualquer política bem intencionada em aprendizagem significativa.

É nesse ponto que a gestão da educação emerge como elemento verdadeiramente central nesse processo. É no nível da escola, no dia a dia das reuniões pedagógicas, nas decisões sobre o uso dos recursos, na escuta às famílias e na articulação entre professores, que as políticas ganham vida ou perdem sentido. Uma gestão comprometida, bem formada e apoiada pelas redes de ensino é capaz de transformar diretrizes em práticas; uma gestão abandonada à própria sorte, sobrecarregada e sem suporte, tende a reproduzir as mesmas fragilidades que se pretende superar.

Para que a gestão democrática deixe de ser apenas um princípio inscrito na legislação e se torne uma prática cotidiana, viva e participativa, é imprescindível investir de forma séria e contínua na formação dos gestores escolares. Mais do que isso, é necessário fortalecer os mecanismos de participação comunitária, como os conselhos escolares, e garantir condições objetivas de trabalho dignas a todos os profissionais da educação. Não se constrói uma gestão democrática com boas intenções isoladas; ela exige tempo, recursos, escuta e, sobretudo, vontade política em todos os níveis do sistema.

Outro ponto que merece atenção é a persistente fragmentação entre as diferentes políticas educacionais. Programas de acesso, permanência, qualidade e valorização do magistério muitas vezes funcionam de forma desconectada, como se cada dimensão da educação pudesse ser tratada de maneira isolada. Superar essa lógica fragmentada é uma condição indispensável para que os esforços se somem em vez de se dispersar. Uma política educacional verdadeiramente eficaz precisa ser capaz de enxergar o estudante como um todo, considerando não apenas seu desempenho acadêmico, mas também as condições sociais, emocionais e culturais que cercam sua trajetória escolar.

A continuidade das pesquisas nessa área, portanto, não é apenas academicamente relevante; ela é socialmente necessária. Estudos que investigam com rigor e comprometimento as relações entre políticas públicas e gestão escolar oferecem subsídios preciosos para a formulação e o aprimoramento das ações do Estado, ajudando a evitar que boas ideias se percam na distância entre o papel e a realidade. Pesquisar educação é, em certa medida, um ato de responsabilidade com o presente e com o futuro do país.

Por fim, é preciso reafirmar a relevância social desta investigação em um momento em que o Brasil ainda carrega desigualdades estruturais profundas, que se reproduzem, em grande parte, pela via da educação ou pela falta dela. Em um cenário assim, não há espaço para políticas tímidas ou para a acomodação diante dos resultados insuficientes. O que se exige é ousadia, comprometimento com a justiça social e uma crença firme de que a educação pública, gratuita e de qualidade é um direito irrenunciável de cada brasileiro, independentemente de onde vive, de quanto ganha ou de quem é. É com esse horizonte que



este trabalho se encerra, na esperança de ter contribuído, ainda que modestamente, para o avanço desse debate tão urgente e tão necessário.

***Este texto foi integralmente produzido por autoria humana, com apoio pontual de ferramentas de inteligência artificial (Grammarly e Copilot), restrito às funções de correção gramatical, aprimoramento da coesão textual, identificação de lacunas argumentativas e indicação de materiais para estudo prévio. O uso dessas tecnologias observou os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 332/2020, que regulamenta a utilização de sistemas de inteligência artificial em atividades jurídicas e acadêmicas, garantindo transparência, rastreabilidade e responsabilidade sobre o conteúdo final.**

Referências

Bardin, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014.

Brasil. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do ICMS e dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Brasília: Congresso Nacional, 2020.

Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Resultados do IDEB 2023. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Freitas, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. DOI: 10.1590/S0101-73302012000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8mM63sMYJZ4jJFPV>. Acesso em: 12 mar. 2025.

Frigotto, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

Gil, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Luck, Heloísa. A gestão participativa na escola. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Paro, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



Pinto, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 37, n. 134, p. 133-152, jan./mar. 2014.

Saviani, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.